

Preservação da memória e as universidades os arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil

*Yara Aun Khoury**

Resumo

O texto, considerando a responsabilidade das Universidades na preservação da memória social e na ampliação de seus horizontes, destaca o papel dos Centros de Documentação Universitários nessa direção. Referindo-se aos trabalhos realizados pelo CEDIC, da PUC-SP, aborda o Projeto *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, 1500-1900*, que resultou em publicação do mesmo nome, trazendo informações sobre a metodologia aplicada e comentários sobre o potencial desses arquivos.

Palavras-chave: Memória social, patrimônio documental, preservação, Centros de Documentação universitários, instrumentos de pesquisa.

Nos últimos 30 anos, as Universidades vêm alimentando uma tendência na sociedade de preservação e ampliação dos horizontes da memória social em suas mais diversas expressões. Diante de uma consciência crescente da importância de acervos pessoais e privados, constatamos iniciativas esparsas no sentido de sua identificação, tratamento e divulgação, apesar das dificuldades técnicas e financeiras enfrentadas na área.

Atendendo a uma demanda de maior acesso ao patrimônio documental brasileiro, os Centros de Documentação universitários, especializados em temáticas diversas, dedicam-se a referenciar, reunir, organizar e disponibilizar conjuntos documentais, firmando-se como mais um espaço de preservação de memórias variadas.

Nesse contexto, inscreve-se o Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho – CEDIC, da PUC/SP. Ao enfatizar linhas de investigação e trabalho da Universidade, seu perfil de acervo privilegia temáticas como Cultura; Vida Urbana e Rural; Movimentos Sociais, Populares, Estudantis e de Educação; Movimentos de Direitos Humanos; Migrações nacionais e internacionais; a experiência de grupos que se projetam na realidade brasileira, firmando identidades e reivindicando direitos como o de mulheres, negros, indígenas, velhos, crianças e adolescentes entre outros.

Ao lidar com acervos de natureza peculiar, ainda pouco trabalhados pelos métodos tradicionais de documentação, canaliza esforços na formulação e adequação de processos técnicos, desenvolvendo metodologias disponibilizadas para Instituições afins e demais interessados. Investe, também, na identificação de acervos documentais de significativa importância, produzindo instrumentos de pesquisa que permitam aos interessados realizar estudos sobre dimensões ainda pouco sondadas da realidade brasileira. Nesse caminho, procura chamar a atenção para o estado em que se encontram esses arquivos, abrindo um diálogo com outros interessados sobre políticas de preservação e acesso ao patrimônio documental.¹

Convidado a participar do Projeto Resgate “Barão do Rio Brando”, do Ministério da Cultura, para a Comemoração dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, o CEDIC elaborou e realizou o projeto Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil², cujos acervos abrigam registros muito ricos de diversas dimensões da vida brasileira.

Como um Centro de Documentação de uma universidade católica, referenciar os arquivos das Misericórdias significou produzir, divulgar e enfatizar informações sobre os modos como a Igreja e as instituições religiosas são presenças expressivas na construção de nosso país, atuando em muitas dimensões da vida social, articulando-se com o poder do Estado, com setores hegemônicos da sociedade e com a própria população, ao longo de cinco séculos. Significou, igualmente, acompanhar como essa atuação se desdobra numa série de serviços públicos e privados; em instituições hospitalares, sociais e educacionais, marcando, significativamente, a formação de muitos centros urbanos brasileiros. Significou, ainda, ampliar canais de contato com maneiras como essas Instituições lidam com problemáticas locais e com sua população ao longo do tempo.

Apesar de algumas serem muito pobres e de parte da documentação gerada no transcorrer de sua existência ter-se extraviado ou deteriorado – vítima de sucessivas mudanças, incêndios, inundações, umidade, investida de insetos e animais roedores –, é inegável que as Irmandades de Misericórdia do Brasil conservam um patrimônio documental, museológico e edificado de suma importância para o conhecimento de todo cidadão.

Em nossa proposta de produzir um Guia sobre esses Arquivos, dispusemo-nos não só a divulgar a um público mais amplo o potencial desses acervos, como também narrar e avaliar os problemas enfrentados no trabalho de produção dessas informações, mediado por questões práticas e metodológicas que queremos compartilhar com os leitores.

Metodologia

Nossa intenção inicial era a de trabalhar com mais de 400 Santas Casas de Misericórdia do Brasil cadastradas. Para tanto, contamos com a colaboração de Equipes dos Departamentos de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Católica de Goiás e com a acolhida junto à Confederação Internacional das Misericórdias, à Confederação Brasileira e às Federações Estaduais.

Na produção desse *Guia* de fontes debruçamo-nos tanto sobre a Instituição como um todo, apresentando dados cadastrais e históricos a seu respeito, quanto sobre cada uma de suas Unidades detentoras de arquivos não correntes.³ Consideramos Unidade arquivística não corrente, todo Setor da Santa Casa que é encarregado de documentos de arquivo não vigentes. Entre elas, ocupamo-nos daquelas que fazem o papel de arquivos gerais da entidade.

As equipes foram inicialmente treinadas para aplicação de dois questionários: o primeiro, aplicado a cada Santa Casa, com o objetivo de registrar informações cadastrais e históricas a respeito da Instituição e identificar as Unidades detentoras de arquivos não correntes; e o segundo, aplicado a cada Unidade detentora de arquivos não correntes, com o objetivo de registrar informações sobre o acervo arquivístico.

Os resultados obtidos com a aplicação do primeiro questionário revelaram que as Instituições, em sua maioria, não dispunham de pessoal com tempo e formação para atender, de forma satisfatória, o grau de detalhamento e de especificidade técnica dos questionários. Assim sendo, tivemos, que recorrer à aplicação direta dos questionários pelas equipes do projeto, para garantir a cobertura do universo da pesquisa e a qualidade das informações. Os dois questionários foram sintetizados num único e, após uma experiência piloto de aplicação do mesmo, tivemos uma visão mais precisa da Instituição “Santa Casa”.

A definição das características das Santas Casas como Irmandades católicas que têm na Santa Casa de Lisboa sua “Casa Mater”, com compromisso semelhante ao dela, (baseado nas 14 Obras de Misericórdia - 7 corporais e 7 espirituais) ajudou-nos a diferenciar, definitivamente, essas Instituições de outros hospitais filantrópicos. A única exceção são as Santas Casas do Estado de Santa Catarina, que não constam nem mesmo na listagem da Confederação Internacional das Misericórdias, por terem sido criadas por imigrantes dos Açores, seguindo a vertente açoriana das Misericórdias – as Irmandades do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Identificamos a estrutura básica das Irmandades da Santa Casa de Misericórdia, constituída pela Irmandade – entidade principal à qual as Dependências estão ligadas –, e pela Administração Central. A Irmandade é formada por: Mesa e/ou Junta Administrativa, órgão colegiado deliberativo máximo da Instituição; Provedoria, órgão de direção executiva da Instituição; Mordomias, órgãos diretivos das áreas de atuação da Irmandade (Mordomia das Capelas, dos Prédios, dos Hospitais, da Casa dos Expostos, dos Cemitérios etc.); Dependências; Entidades de educação, de assistência social e à saúde (hospitais, clínicas, serviços funerários, cemitérios, escolas, orfanatos, asilos, faculdades e escolas de enfermagem).

A constatação de que a documentação permanente – tanto da Irmandade quanto de suas Dependências - encontra-se armazenada nos órgãos centrais, e a impossibilidade de atingir os arquivos de cada dependência fizeram-nos restringir o levantamento aos arquivos não correntes centrais.

Ao mesmo tempo em que unificávamos os questionários e revíamos o trabalho, desenvolvemos o banco de dados eletrônico do *Guia* em Access 97 e *Visualbasic*, já sob a forma de aplicativo, o que tornou a digitação mais fácil para a equipe central, nem toda ela familiarizada com o gerenciador do banco de dados. Foram formatados o formulário de entrada de dados, a mala direta das Federações e Santas Casas e os relatórios gerais para conferência.

Após uma experiência de aplicação do questionário síntese, fizemos um estudo da localização geográfica das cidades a serem visitadas e coletamos informações mínimas sobre elas em Guias de viagem. Percebemos que as grandes distâncias a serem percorridas, o número de Santas Casas existentes e o reduzido número de pesquisadores de nossas equipes, obrigavam-nos a estabelecer prioridades e efetuar um recorte no universo inicialmente proposto. Optamos por descrever efetivamente as Santas Casas fundadas de 1500 a 1900, período que se caracteriza por movimentos significativos de criação dessas Entidades, e por abrigarem a maior parte da documentação em fase permanente. Após as consultas necessárias, foi possível montar roteiros que, ao mesmo tempo, fossem eficientes do ponto de vista da coleta de dados e otimizassem o uso dos recursos.

Para evitarmos viagens não aproveitadas e reduzirmos ao mínimo possível o período de permanência das Equipes no local, fizemos algumas consultas indiretas. Contatamos prefeituras e secretarias municipais de saúde, para obtermos informações sobre certas Santas Casas desprovidas de telefone. Uma vez no local, procuramos garantir o levantamento do universo documental de modo exaustivo e preciso.

Uma aplicação inicial mais lenta, por lidarmos com um universo pouco conhecido, foi sendo substituída por procedimentos mais ágeis, uma vez que dominamos melhor a metodologia do projeto e o perfil institucional e documental das Santas Casas. Como se trata de Instituições com características gerais comuns, sua tipologia documental é semelhante, apenas com variações na complexidade e traços específicos, de acordo com a realidade social em que se inscrevem. Isso nos possibilitou prever tipos de documentos a encontrar e questionar os funcionários sobre a existência daqueles que, na sua visão, não interessariam aos pesquisadores, como prontuários de pessoal, livros contábeis, prontuários médicos e registros de óbitos.

Com exceção de duas, em que não nos foi permitido efetuar o levantamento, todas elas colaboraram com o trabalho. Em alguns casos, as más condições de armazenamento do material

impossibilitaram o levantamento do mesmo, como ocorreu em um depósito em Vitória (ES). No caso de Olinda (PE), dita a mais antiga Misericórdia do Brasil (1538), a documentação não foi localizada. Estes casos, contudo, constituíram minoria inexpressiva.

No *Guia*, os verbetes correspondentes às Irmandades e seus arquivos são compostos por campos divididos em blocos. No Bloco A, estão os dados cadastrais da irmandade; no B, apresenta-se o histórico da irmandade, que compreende o ano de criação e as informações históricas gerais; no Bloco C, faz-se o cadastro das dependências existentes; no D, constam as condições gerais de acesso aos arquivos; no Bloco E, há a localização e descrição dos arquivos, a saber, a unidade, os gêneros documentais, os instrumentos de pesquisa e a descrição do acervo; no F, as informações sobre o acervo bibliográfico e museológico; finalmente, no Bloco G, constam observações gerais.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, raros foram os Arquivos das Misericórdias que os apresentaram. Na maioria dos casos, prevalece a via do acesso direto à documentação. Na descrição do acervo, adotamos o termo Conjunto Documental, de significado amplo, para expressar todas as formas de agrupamentos de documentos existentes nos arquivos das Santas Casas, sejam elas corretas ou não, a fim de que o pesquisador tenha um retrato do acervo, que lhe permita reconhecê-lo e comunicar-se com os funcionários da Entidade. No campo Informações sobre Acervo Bibliográfico e Museológico, tivemos por objetivo oferecer ao pesquisador informações genéricas sobre o acervo museológico e bibliográfico das Irmandades, na medida em que esses acervos, quando existentes, têm se revelado significativos como fontes e/ou memória da Entidade. Referenciamos tanto o acervo que está sob a custódia de setores apropriados, como Museus e Bibliotecas, quanto outros de caráter memorialístico, que a Santa Casa considera como acervo (exposições em ante-salas, por exemplo). O acervo museológico compõe-se, normalmente, de instrumentos médicos ou farmacêuticos antigos, móveis administrativos ou hospitalares

antigos, indumentária, pinturas, esculturas, etc. Expusemos breve perfil do acervo e o período que abrange, bem como qual o setor responsável. O acervo bibliográfico é composto, basicamente, por monografias e periódicos médicos ou de áreas correlatas, algumas remontando ao século XIX, destinadas, sobretudo, à consulta pelo Corpo Clínico da Instituição. Poucas Santas Casas possuem tais acervos. No campo Observações Gerais, comentamos que, em algumas Santas Casas, certos campos não puderam ser preenchidos, devido à ausência de informações, caso em que adotamos a convenção “informação não localizada”. Em outras, parte do acervo não pode ser descrita, devido às más condições de armazenamento ou porque não foi permitido o acesso a ele, caso em que adotamos a convenção “informação não disponível”.

Complementam o corpo principal do *Guia* dois instrumentos auxiliares: uma relação das Santas Casas de Misericórdia (1500 - 1900) por ano de fundação, com o objetivo de possibilitar uma visão cronológica de sua criação; e outra, por Cidade, a fim de permitir a localização da Instituição desejada diretamente por esse campo (o meio mais comum de busca), sem necessidade de conhecimento da região e do estado.

Elaboramos ainda uma bibliografia, que abrange obras gerais sobre as Misericórdias e sobre cada Santa Casa descrita, com base no material obtido junto às Instituições e levantado pelas equipes em museus e bibliotecas. As obras sobre as Santas Casas brasileiras encontram-se em ordem de região e estado. Sem ser exaustiva, representa um roteiro inicial de pesquisa sobre a Instituição “Santa Casa” e suas representantes no Brasil. Há também a bibliografia arquivística na qual nos baseamos para construção da metodologia deste instrumento.

O encarte de imagens que integra ambos os volumes, mais do que mera ilustração, representa um breve percurso visual pela trajetória tão rica dessas Instituições, através de uma amostra de suas edificações e serviços, e um convite à reflexão sobre o potencial informativo que tais imagens guardam para a pesquisa.

Desdobramentos

Percorrendo todos esses acervos, pudemos formar uma idéia de seu riquíssimo potencial. Guardando traços comuns entre si, desdobram-se em matizes tão variados quanto as culturas, tradições e características das cidades nas quais se instalaram. Seus arquivos possibilitam vislumbrar meandros e peculiaridades do fazer-se de pequenas e grandes localidades.

Os mais de 200 arquivos descritos por este Guia nas respectivas dependências – hospitais, faculdades, asilos, educandários e cemitérios –, permitem usos diversificados, seja na localização das unidades hospitalares e assistenciais ou de documentos probatórios, como prontuários médicos e certidões de óbito; seja em pesquisas diversas, desde as dimensões da organização da vida e da administração das cidades, até parte substancial da história e da memória da Medicina, da Farmácia e do ensino médico, passando pela assistência social e pela saúde de pobres, menores, idosos, órfãos e indigentes, por serviços sanitários, educacionais e, até mesmo, funerários, no Brasil.

Neles vamos encontrar subsídios importantes sobre articulações políticas, interesses econômicos, projetos profissionais, crenças religiosas e outros valores culturais e demandas sociais, que presidem a constituição dessas Instituições em diferentes localidades, imprimindo contornos aos espaços vividos e tonalidades a sua paisagem.

O modo como as Misericórdias foram instaladas e geridas, no período colonial, diz muito a respeito das formas de organização política do governo português e das relações por meio das quais esse processo colonizador foi sendo gestado. Constituídas de maneira articulada à criação das primeiras cidades coloniais, como as de São Vicente, Salvador e São Sebastião, serviram como suportes da administração da Coroa distante. O funcionamento dessas Instituições era autorizado por alvarás régios vindos de Portugal, e o Compromisso da Irmandade de Misericórdia de Lisboa orientava

o exercício de suas atividades no Brasil, dando mostras de uma política bastante centralizadora da Coroa portuguesa.

Muito dentro do espírito da época, norteados por um ideário de atendimento espiritual, religioso, moral e corporal ao conjunto da população, sobretudo aos mais necessitados, as Misericórdias reuniam, em irmandades e confrarias, elites abastadas e setores hegemônicos das cidades, destinando-se a suprir as necessidades mais urgentes.

Muitas Misericórdias foram criadas em momentos críticos, quando epidemias de varíola, febre amarela, cólera ou a gripe espanhola, assolaram certas regiões do Brasil, tornando premente a organização de um hospital. Muitas vezes, surgiram do empenho de algum sacerdote, médico, farmacêutico ou prático local, preocupado com a situação precária ou de abandono da população carente, ou com a falta de um atendimento mais específico à saúde. Os dignitários influentes e representantes de famílias abastadas das localidades, reunidos por essas pessoas, ou mesmo elas próprias, incumbiram-se da obtenção dos alvarás de funcionamento, junto à Coroa durante a Colônia, ou junto ao governo do país, com o advento do Império e, depois, da República. Algumas encontram-se, até hoje, sob a autoridade diocesana, como a de Itabira, em Minas Gerais.

Nas situações de urgência, muitas foram organizadas em condições precárias, instaladas em chácaras ou em imóveis em desuso. Na medida em que foram crescendo, implementaram seus serviços e enraizaram-se no lugar, articuladas a várias práticas da cidade, deixando suas marcas nas formas de apropriação e no uso dos espaços, na constituição de dimensões de viveres urbanos, destacando-se na gestação de futuros serviços públicos urbanos.

Os modos como se constituem algumas Misericórdias dizem muito da história de certas regiões, como a de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, instalada em um ponto estratégico, durante a construção da Estrada de Ferro Mogiana, seguindo a expansão do café na região.

Acompanhar suas histórias, seguir suas alterações estruturais e funcionais, possibilita apreender mudanças na própria vida urbana onde elas fixaram-se. O material documental indica que muitas dessas Instituições tendem a desenvolver maior complexidade, à medida que seus trabalhos se ampliam ou se modificam, acompanhando, com seus próprios recursos, as demandas emergentes nas cidades.

Relatórios gerais da Provedoria e outras informações indicam a existência de mordomos encarregados dos hospitais, cemitérios, presos, expostos, testamentos, das capelas, das obras das boticas. As funções exercidas por tais mordomos e os serviços que lhes são subordinados, em cada Irmandade, dizem muito das formas históricas e culturais dessas práticas em momentos precisos, assim como sobre suas transformações. Revelam não só como essas formas se configuram nas rotinas dessas Instituições e em atividades diárias nas cidades, como também permitem refletir sobre as múltiplas dimensões do trabalho, do comércio, da sociabilidade, da religião; sobre hábitos e tradições.

A própria cidade se expande a partir de algumas atividades da confraria, que influem na distribuição e no uso dos espaços públicos, com suas igrejas, circuitos de procissões, caminhos dos féretros, escolas, asilos, leprosários, hospitais, cemitérios, denominando ruas e logradouros.

Algumas das funções exercidas, como a acolhida dos expostos na roda, ou a assistência a loucos e presos, impõem-se como demandas de serviços da administração pública e deixam, ao mesmo tempo, suas marcas na memória de cada cidade, sugerindo estudos e permitindo complementar outros, sobre a infância abandonada e a população excluída ou marginalizada.

É também interessante observar a proveniência dos Provedores de cada Irmandade, o período em que permanecem na direção e as formas pelas quais exercem sua função na Instituição. Entre as Irmandades mais antigas, registros revelam presidentes de províncias, nobres, altas patentes da Igreja e das organizações

militares, magistrados, homens e mulheres de famílias abastadas assumindo postos de direção ou participando das reuniões das Misericórdias ao lado de outras pessoas envolvidas no trato direto dos problemas da população, como boticários, médicos e sacerdotes. Muitos fazem doações de vulto a elas. A própria família real tinha por praxe fazer donativos vultosos, quando em visita às cidades, sendo retribuída com o título de Protetora do Hospital. Esse fato é constantemente recordado, como afirmação de um status.

Por esses caminhos, falar das Santas Casas é também fazer referência às maneiras pelas quais as elites locais se constituem. Os acervos dessas Instituições, além de indicarem propostas e práticas políticas e sociais mais visíveis, permitem delinear as relações entre as forças locais, os valores culturais e morais predominantes e as maneiras como essas elites se movimentam, exercem e realimentam seu poder e imprimem suas marcas nas cidades e em suas memórias. As denominações dos hospitais, ou de algumas de suas alas, dizem muito das devoções da população do lugar, preservam e revelam nomes e tradições de famílias e de personalidades em destaque nas cidades. Para além da participação direta dessas elites na organização e na administração das Misericórdias, são muitas as informações sobre inventários e testamentos dessas pessoas, conservadas em seus Arquivos, trazendo referências sobre heranças e doações que foram destinadas a essas Instituições. Pelo fato de muitas famílias, em tempos mais antigos, terem o costume de exercer a caridade fazendo doações, certas Santas Casas chegaram a se tornar grandes proprietárias de terra e de outros bens imóveis. Tais donativos caracterizam boa parte das Misericórdias mais antigas no Brasil. Entre elas, a de Salvador que se distingue com mais de 100 propriedades na cidade. Registros de avaliação de terrenos para instalação de hospitais e de cemitérios dão uma idéia dos valores desses bens, enquanto outros informam sobre aluguéis e lucros. Algumas contam, até hoje, com rendas de imóveis residenciais e comerciais, embora muitos deles tenham mais um caráter simbólico do que lucrativo.

O contato direto com esses arquivos revelam que a grande maioria dessas Instituições contou com religiosas na sua administração interna, dedicadas aos cuidados com os doentes e órfãos, ou encarregadas da cozinha, da costura e da lavanderia. A presença dessas religiosas explica a existência de clausuras e capelas, servindo aos ofícios das irmãs e, também, aos internos. As posteriores transformações das clausuras em enfermarias indicam mudanças tanto nos regimes das congregações, que se tornaram mais abertas, quanto nos próprios hospitais, que assumiram uma conotação mais laica. A existência de capelas nesses hospitais ainda é comum, correspondendo às expectativas de pessoas internadas, de seus familiares e de pessoas próximas, ou às orientações da própria Instituição.

No exercício de suas funções, ou prestando contas de suas atividades, essas religiosas deixaram ricas informações sobre as numerosas congregações que, além de atuarem nos hospitais, dedicaram-se ao ensino e a organizações variadas de assistência, muitas delas decorrentes das próprias atividades iniciadas nas Misericórdias. Entre elas, podemos citar algumas bem antigas, como as Irmãs Vicentinas, instaladas em São João Del Rei, em 1783; a Congregação Nossa Senhora Mãe dos Homens, chegada ao Brasil antes de 1792, vindo a trabalhar em Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro; a Irmandade de Santa Teresa, servindo em Serro, Minas Gerais, a partir de 1858; as Irmãs Salesianas, vindas para Lorena, São Paulo, em 1867; e outras, como as Irmãs de São João Batista, Irmãzinhas da Imaculada Conceição, Irmãs Franciscanas, Carmelitas, Servas de Maria, Filhas de Santana, Sacramentinas de Nossa Senhora, Irmãs da Divina Providência, Irmãs Missionárias da Consolata, Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia. Algumas Congregações ocuparam-se de mais de uma Santa Casa, instaladas em cidades e estados diferentes. Entre elas, certas continuam exercendo a mesma função até hoje, enquanto outras redirecionaram seus trabalhos e missões.

Embora as Santas Casas sejam mais conhecidas, na atualidade, por suas atividades hospitalares, seus objetivos e práticas foram muito

mais amplos, voltados para o atendimento aos órfãos, às viúvas e mulheres desamparadas, aos velhos, aos presos, aos loucos, aos mendigos, aos mortos indigentes sem possibilidade de enterramento e à assistência espiritual de todos. Se esses serviços impregnavam-se, inicialmente, de uma perspectiva mais acentuada de caridade religiosa, com o tempo assumiram uma conotação laica. Estudos sobre os menores abandonados, a mendicância, a velhice e a loucura na vida social e sobre formas de amparo a elas têm, nos arquivos das Misericórdias, informações muito ricas.

Na medida em que os serviços da administração pública se desenvolveram, tarefas que competiam a essas Irmandades foram assumidas por esses organismos. Assim, seja pela transformação dos trabalhos das Misericórdias, ou pela constituição ou redirecionamento dos serviços públicos nas cidades, vemos orfanatos desdobrando-se em educandários; enfermarias transformadas em hospitais com especializações variadas; clausuras convertidas em enfermarias ou em espaços dedicados a outras funções. Nota-se, também, que alterações no perfil das doenças mais comuns ou a emergência de um melhor controle sobre algumas, motivaram mudanças na estrutura, nas atividades e na organização dos espaços dessas Instituições. No decorrer do tempo, enfermarias, isolamentos, ou lazaretos dedicados ao tratamento da tuberculose, da lepra, ou de certas doenças contagiosas foram sendo substituídos por institutos ou setores médicos especializados; da mesma forma, asilos, orfanatos, educandários, por instituições educacionais ou sociais específicas.

O fato de essas instituições dedicarem-se, até o início do século XX, aos cuidados de órfãos, menores abandonados, mendigos, pobres sem condições de sepultamento, de vítimas da prostituição e de doenças discriminatórias, como a loucura e a lepra, possibilita-nos desenvolver estudos relativos a eles nas cidades, percorrendo caminhos e lugares ainda pouco freqüentados pela pesquisas, sondando modos de viver, processos de segregação social, de constituição de serviços públicos variados e outras práticas urbanas impregnadas de valores culturais próprios.

Numa outra direção, os serviços prestados por algumas Misericórdias, durante as revoluções de 1924, 1930 e 1932, despertam interesse em pesquisar articulações entre poderes locais e mobilizações regionais e nacionais. É indiscutível a importância que adquiriram em certas localidades, para além de suas funções mais específicas.

No entanto, apesar das doações e de algum reforço dos governos locais, estaduais ou federal, a maioria das Misericórdias nem sempre teve os recursos necessários para o seu bom funcionamento. Algumas viram-se obrigadas a fechar, por um certo período, sendo reabertas, muitas vezes, pelo esforço da própria comunidade local. Quando da constituição dos serviços públicos, principalmente dos de saúde, várias Santas Casas foram afetadas por essa concorrência, enquanto outras garantiram, por sua própria estrutura e funcionamento, que esses serviços se desenvolvessem melhor em determinadas localidades. É o caso, sobretudo, daquelas criadas nas décadas de 1950 e 1960.

Geralmente, por não conseguirem se manter apenas com seus próprios recursos, as Misericórdias realizaram, em anos mais recentes, convênios com instituições públicas e privadas, cujos registros trazem indícios de políticas públicas e práticas empresariais, que merecem, igualmente, ser estudadas. Nesse sentido, oferecem pistas para reflexões sobre o Sistema Unificado de Saúde – SUS, e sobre convênios médicos que proliferam na atualidade, assim como sobre os seus próprios.

No que diz respeito aos serviços de enterramento das cidades, a documentação informa que as Misericórdias ocuparam-se deles durante um longo período. Registros variados trazem ricos subsídios da amplitude e natureza dessa atividade. Livros de patrimônio dão uma noção da quantidade, das proporções e dos tipos de cemitérios de sua propriedade. Apesar de a maior parte dos enterramentos ser, hoje, competência da administração pública, algumas Misericórdias ainda mantêm a posse de cemitérios e o controle desses serviços em certas cidades, como ocorre no Rio de Janeiro.

Relações e registros de jazigos, de óbitos e de sepultamentos notificam bens, práticas, posturas e valores diante da morte nas cidades. É interessante observar que óbitos de religiosos são relacionados em livros separados de outros, onde constam os óbitos de escravos. Esses procedimentos são indícios sugestivos de diferenciações sociais e culturais. Muito se pode desvendar, ainda, sobre tradições, crenças, costumes, rituais e procedimentos nessas ocasiões.

Num leque ainda mais amplo de atividades, as instituições assistenciais e hospitalares das Misericórdias colaboraram, de modo expressivo, na emergência e no exercício de políticas sanitárias e higienizadoras das cidades e do país, além de contribuírem na produção e reelaboração de saberes como a Medicina, a Farmácia, a Enfermagem, a Arquitetura e o Urbanismo, que se desenvolvem articulados ao crescimento das cidades.

Em relação ao atendimento aos doentes e à manipulação de receitas, os hospitais, enfermarias e boticas das Misericórdias foram lugares significativos de constituição, adaptação e reorientação de práticas e de saberes médicos, farmacêuticos e farmacológicos, nos quais certas Santas Casas do Brasil são, ainda hoje, forte referência.

Os primeiros cursos de Medicina e Enfermagem surgiram no seu interior, gerando um material documental rico em informações sobre cursos, disciplinas e modos como as ciências médica e farmacêutica foram sendo ensinadas e praticadas no Brasil. Acompanhando esse desenvolvimento e articulado a ele, o instrumental médico-cirúrgico e farmacêutico, preservado nesses espaços, também se constitui em fonte de observação e análise, amplamente enriquecido quando confrontado com os abundantes e variados prontuários médicos, registros de funcionários, etc. Em certos registros, podemos observar, igualmente, peculiaridades de certas práticas, hoje caídas em desuso, como as sangrias, função freqüentemente exercida por negros, escravos ou libertos, na Bahia.

Informações sobre a organização e as rotinas das boticas, nos hospitais também são sugestivas para pesquisas sobre medicamentos

e técnicas, manipulação de fórmulas medicinais, numa relação de convívio e confronto entre áreas do saber médico, farmacêutico e farmacológico, incluindo-se, aí, conhecimentos de Botânica, Biologia, Química, Agronomia, Higiene, entre outros⁴.

Observamos, igualmente, nesses arquivos, a presença das Misericórdias na projeção espacial e estética de grandes cidades ou pequenas localidades, imprimindo alguns contornos e coloridos à paisagem urbana, além de suas dependências serem pontos de referência na circulação urbana.

Pesquisadores interessados na expressão estética, arquitetônica e urbanística das cidades acharão nos arquivos das Misericórdias informações ricas e abundantes. Mobiliário, objetos, obras de arte e de literatura que vieram a constituir seus acervos, possibilitam, hoje, estudos sobre práticas e valores culturais de diferentes épocas da história do Brasil. Nos salões nobres das Misericórdias, são habitualmente encontradas pinturas a óleo de cada um dos Provedores que presidiram essas instituições. Com o passar do tempo, as fotos substituíram as pinturas a óleo. Todos esses objetos e obras dizem muito sobre valores estéticos, costumes, tradições e diferenciações sociais.

Nas quase cinco centenas de Santas Casas existentes no país é possível observar estilos arquitetônicos e estéticos variados. Entre as mais antigas edificações, toda uma simbologia religiosa aparece impregnada nos projetos de construção, semelhante a mosteiros, conventos e igrejas. Algumas Santas Casas, como a de São Paulo, Salvador, Santos, Rio de Janeiro, Porto Alegre, apresentam edificações suntuosas. Por vezes, arquitetos de renome eram contratados para a execução das plantas. Outras se encontram em edifícios bastante simples, revelando as dificuldades e os padrões vividos em cada cidade, ou as transformações nos modos de as Misericórdias verem e exercerem suas funções no transcorrer do tempo. Desde que a administração pública assume, de maneira mais efetiva, os serviços de saúde, a partir dos anos 1930, notam-se mudanças significativas na expressão arquitetônica das Santas Casas.

As Irmandades exerceram influência também no traçado urbano das cidades onde foram instaladas. Murilo Marx já destacou a contribuição que a legislação eclesiástica e os instrumentos do direito canônico tiveram para a caracterização do desenho urbano tradicional de cidades brasileiras, nas formas de uso e implantação estratégica das construções religiosas.⁵ Indiscutivelmente, as Misericórdias, como Instituições que aglutinam objetivos e funções de uma administração pública embrionária além das religiosas, são elementos expressivos nesse processo, particularmente nas cidades criadas no período colonial. Sua presença foi sendo marcada pelas próprias maneiras de a confraria exercer suas atividades, criando, ocupando e usando espaços nas cidades. Igrejas, Capelas, Hospitais, Leprosários, Asilos, Educandários, Cemitérios fixam essa presença e preservam sua memória no traçado urbano, impregnado-o de histórias e significados. Constituem-se em motivos para abertura e denominações de ruas, ou em referências na circulação da cidade. Muitas vezes, a sede dessas Instituições encontra-se na Igreja matriz ou próxima a ela. Circuitos de procissões e festas religiosas ocorrem ao seu redor, ou nas proximidades, contribuindo para firmá-las como referências na vida urbana.

Sendo um costume das Irmandades tudo registrar, encontramos em seus arquivos informações muito ricas sobre ofícios, artesãos, formas e técnicas construtivas utilizadas outrora. Esses dados são numerosos e constantes, ao lado de outros sobre contingentes de trabalhadores no exercício de diferentes tarefas na construção civil, sobre formas de contratação de serviços, sobre tipos de materiais utilizados, e oferecem pistas sobre processos construtivos de certas cidades. Entre os Arquivos mais bem cuidados das Misericórdias, o pesquisador poderá encontrar esses dados recopilados, de modo sistemático, por algum funcionário atencioso. A Santa Casa de Misericórdia de Salvador, detentora de um rico e bem preservado arquivo, apresenta inúmeras possibilidades de investigação nesse sentido. Nesse Arquivo, encontram-se, por exemplo, recibos de compra de materiais,

contratos de serviços em ofícios envolvidos nas construções e as listas dos artesãos e construtores, plantas etc., bastante úteis na recuperação de um ideário estético desenvolvido na cidade de Salvador no século XVIII; de modos de formação e controle da mão-de-obra local, de fornecimento e manufatura dos materiais de construção.⁶⁶

Se apontamos algumas possibilidades de pesquisa que os arquivos das Santas Casas oferecem, diversas outras ainda se apresentam, sob outros olhares e outras perspectivas. Por esses caminhos poderemos dimensionar outras faces e vertentes de nossa história, tanto na sua dimensão física, mais visível, quanto na sua dimensão imaginária.

Embora este Guia se refira aos Arquivos Centrais das Santas Casas, criadas entre os séculos XVI e XIX, e estas sejam as que detêm os Arquivos mais expressivos, é muito importante conhecer a realidade das pequenas Santas Casas, cuja maioria foi criada no século XX. A situação em que se encontram, hoje, leva-nos a refletir não só sobre políticas de saúde pública como políticas de preservação documental, tanto as vigentes, quanto as desejáveis.

Se algumas são, hoje, muito pobres e se parte de suas funções foi sendo assumida pelo estado, outras, principalmente as mais antigas, conservam um patrimônio documental, edificado e museológico de suma importância para a pesquisa. O fato, entretanto, de a maioria de seus Arquivos não ser institucionalizada, nem de haver um tratamento sistemático de seus acervos, torna-os mais vulneráveis e pouco acessíveis. A documentação, por vezes dispersa em vários depósitos, vai se perdendo; sua consulta e localização são complicadas e morosas, dependendo de autorização superior, e da disponibilidade de pessoal para esse fim.

A disponibilização desse rico material sujeita-se, também, ao desenvolvimento de políticas de preservação mais amplas e efetivas tão desejáveis em nosso país. Se algumas têm contado com apoio externo, a exemplo da Santa Casa de Diamantina, com a iniciativa do IPHAN, ou do projeto Portal da Misericórdia, em Salvador,

outros, como a Misericórdia de Itabira, tentam cuidar da organização de seu arquivo com esforço próprio.

Esperamos que nesse processo crescente de reconhecimento da importância da preservação documental na construção de um país, políticas públicas se ampliem e efetivem nesse sentido, tanto voltadas para os cuidados com o material documental, quanto para a formação e aperfeiçoamento de pessoal para o exercício adequado dessas funções.

Notas

* Professora Doutora do Departamento de História da PUC-SP e Coordenadora do Centro de Documentação CEDIC, PUC-SP.

¹ Nesse sentido, O CEDIC já publicou, dentro de sua Coleção “Memória, Documentação e Pesquisa”, o Guia de Pesquisa sobre Igreja e Movimentos Sociais e o São Paulo em Revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistana (1870-1930), organizado pela Profa. Heloisa de Faria Cruz.

² O Projeto Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, sob a Coordenação Geral da Profa. Yara Aun Khoury, conta com a Coordenação Técnica de Ana Célia Navarro de Andrade, Simone Silva Fernandes e Viviane Tessitore (CEDIC-PUC/SP), com a Coordenação na Região Centro-Oeste da Profa. Maurides B. M. Oliveira (UCGO), com a Coordenação em Minas Gerais da Profa. Carla Ferretti (UCMG) e com a participação das Estagiárias Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Lara Cristina Souza Caballero, Lucila Issa Gonçalves, Luis Felipe de Oliveira Faustino, Patrícia Mirabile Barbosa e Sabrina Gottschlich da Silva (CEDIC-PUC/SP), do bolsista Carlos Eduardo Riberi Lobo (FAPESP). Maiores informações na obra do mesmo nome que resultou do Projeto.

³ Para mais detalhes sobre a metodologia aplicada consultar Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (fundadas entre 1500 e 1900), Yara Aun Khoury, (coord.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC-SP/CEDIC: FAPESP, 2004, dois volumes.

⁴ Obra de referência, nesse sentido, é a tese de Doutorado de Tania Maria Dias Fernandes, Plantas Medicinais: memória e história da constituição de sua comunidade científica no Brasil, Departamento de História, USP, 2001.

⁵ MARX, Murilo. Nosso chão do sagrado ao profano, São Paulo, EDUSP, 1987. Entre estudos que vem se desenvolvendo, nesse sentido destaca-se a dissertação de Mestrado da Profa. Cassia Regina Magaldi, Entre o pensar e o fazer Arquitetura em Salvador no século XVIII, Departamento de História, PUC/SP, 2001.

Abstract

The text focus on the Center of Documentation's role at the Universities, in order to preserve and enlarge the social memory's horizons. Talking about the CEDIC's work, at the Pontifical Catholic University of São Paulo, comments the Project *Archive's Guide of Brasilien Mercy's Brotherhood, 1500-1900*, which resulted in a book whit the same title, bringing informatios about methodological procedures and about these archives' potential for research.

Keywords: social memory, archival heritage, preservation, Academic Centers of Documentation, finding aid.